

# A distinção entre "sentir" e "experimentar" na filosofia moral de Hume

*The distinction between "feeling" and "experience" in Hume's moral philosophy*

**Giovani Mendonça Lunardi**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina  
(Campus Araranguá)  
[giovaniunir@gmail.com](mailto:giovaniunir@gmail.com)

## Resumo

Examinamos o que consideramos um problema de interpretação (e, também, de tradução) dos textos morais humianos: a distinção entre "sentir" e "experimentar". Partimos da suspeita de que exista certo "vício de estilo" interpretativo da filosofia moral de Hume, com insistência na utilização de uma terminologia "empirista". Tal prevalência estilística implica que os sentimentos morais para Hume dependem, primeiramente, de relações e entidades externas ou de um conhecimento (epistemológico) moral. Em nossa investigação, consideramos que essa "insistência estilística" com o termo "experimentar" e seus cognatos *induz* o leitor a uma compreensão específica do pensamento de Hume. O leitor visualiza Hume, prioritariamente, como um empirista tradicional, segundo o qual todo o conhecimento, inclusive o moral, é dependente de experiências cognitivas e observacionais. Como alternativa interpretativa sustentamos, de forma contrária, que, ao analisarmos o texto original, percebemos como o mesmo é mais direto na intenção do autor: "sentimos" a aprovação moral e não "experimentamos" a aprovação moral. Isso significa que essa diferenciação entre os termos "experiência" e "sentimentos" é fundamental para capturar a essência do pensamento do filósofo escocês. O termo "experiência" nos leva ao termo "empirismo", uma expressão nunca utilizada por Hume. Ou seja, a moralidade não é algo que surge da observação ou de um conhecimento (epistemológico) moral, mas é algo que é *sentida* de uma forma "particular", "peculiar", de um "determinado tipo" de dor e prazer imediatos (cf. T

## Abstract

The article discusses a problem of interpretation (and also of translation) of Hume's moral writings, viz. the distinction between "feeling" and "experiencing". It starts from the suspicion that there is a certain interpretive "stylistic flaw" in Hume's moral philosophy, with its insistence on the use of an "empiricist" terminology. This linguistic prevalence implies that for Hume moral feelings first depend on external relations and entities or on moral (epistemological) knowledge. Such a "stylistic insistence" on the word "experiencing" and its cognates *induces* the readers to have a particular understanding of Hume's thought. They see Hume primarily as a traditional empiricist according to whom all knowledge, including moral knowledge, depends on cognitive and observational experiences. As an alternative interpretation, the article claims that in Hume's intention knowledge is more direct, i.e. we "feel" moral approval rather than "experience" it. This means that the difference between "experience" and "feeling" is basic to capture the essence of Hume's view. The word "experience" leads one to the word "empiricism", which has never been used by him. Thus, morality is not something that emerges from observation or moral (epistemological) knowledge. Rather, it is something that is *felt* in a "particular", "peculiar" way, of a "particular kind" of immediate pain and pleasure (see T 3.1.2.3:510-511 and EHU 8.2.35:145). Consequently, faithfulness to the original text is essential. Hume's investigation on the "general foundation of morals" (see EPM 1.3:226) corroborates the insight that according his moral philosophy we "feel" moral good and evil rather than

3.1.2.3:510-511 e IEH 8.2.35:145). Consequentemente, é fundamental a fidelidade ao texto original. Em sua investigação com relação aos “fundamentos gerais da Moral” (cf. IPM 1.3:226), ratificamos que a filosofia moral de Hume sustenta que, antes de “experimentar” o bem e o mal morais, nós os “sentimos”. O que é próprio da virtude e do ódio é ser estimável ou odioso, escreve Hume, em “sua natureza ou essência” (cf. IPM 1.6:228).

**Palavras-chave:** Hume. Empirismo. Moral. Sensibilidade.

“experience” them. He writes that being esteemable or odious is peculiar to virtue and hatred in “their nature or essence” (see EPM 1.6:228).

**Keywords:** Hume. Empiricism. Morals. Sensibility.

## Introdução

A comemoração em torno dos 300 anos de nascimento de David Hume nos convida primeiramente a refletir sobre a importância e atualidade do conjunto de sua obra filosófica. Para ilustrar implicações contemporâneas da obra do filósofo escocês, citamos Albert Einstein. Em uma carta datada de 1915 enviada ao fundador do Círculo de Viena, Moritz Schlick, ele revelava que, logo antes de sua intuição fundamental a respeito da teoria da relatividade, estudara o *Tratado* de Hume “com avidez e admiração” (Einstein, *apud* Edmonds e Eidinow, 2008, p. 312). Einstein reverenciava Hume, creditando-lhe a transformação de suas capacidades de raciocínio crítico e, em última instância, considerando-o um catalizador na descoberta da teoria da relatividade (Einstein, *apud* Edmonds e Eidinow, 2008, p. 312). Da mesma forma, Willard Quine (1980, p. 158), no seu clássico artigo *Epistemologia naturalizada* (1969), escreve que “não vejo que tenhamos chegado hoje além do ponto em que Hume nos deixou”. Talvez, como bem lembra João Paulo Monteiro (2009, p. 17), o principal legado de Hume seja sua atitude crítica que considera o conhecimento humano como em permanente transformação.

No entanto, depois de dois séculos de estudos do pensamento humiano, é necessário um alerta. John Rawls (2005, p. 18) afirma que “assim como ocorre com outros escritores fundamentais da filosofia, a interpretação de Hume não tem sido fácil, e em épocas diferentes foi lido de maneiras muito diversas”. Conforme consta nos compêndios de história da filosofia (e, conseqüentemente, comentada até a exaustão), a filosofia humiana é interpretada, em *teoria do conhecimento*<sup>1</sup>, como representante da escola *empirista*<sup>2</sup>, carregada de um *ceticismo*<sup>3</sup> ou de um *naturalismo*<sup>4</sup>. Por sua vez, em *filosofia moral*<sup>5</sup>, o pensamento humiano é interpretado como representante da escola *sentimentalista*<sup>6</sup> com viés *cético*<sup>7</sup> ou *psicológico*<sup>8</sup>, dependendo da *escola filosófica em evidência*<sup>9</sup> ou do exegeta de plantão.

Com o intuito de contribuir, não com mais uma exegese, mas sim no sentido de procurar utilizar uma terminologia mais fidedigna e próxima ao vocabulário da filosofia moral humiana, investigamos, a seguir, alguns aspectos interpretativos que consideramos relevantes. O próprio Hume sugere que “é mais importante observar as coisas do que as denominações verbais” (IPM

A4:21:414)<sup>1</sup> e que não podemos “ficar discutindo acerca de palavras” (T 2.1.7.8:332)<sup>2</sup>. É óbvio que o filósofo escocês considera que os conceitos devem ser corretamente definidos, pois, “se alguém alterar as definições, não posso pretender discutir com ele sem saber o sentido que atribui às palavras” (T 2.3.2.18:443).

O tema que escolhemos para exame é a distinção entre “sentir” e “experimentar” na filosofia moral de Hume. Consideramos que há um problema de interpretação (e, também, de tradução) dos textos morais humianos com relação a esses termos. Partimos da suspeita de que exista certo “vício de estilo” interpretativo, com insistência na utilização de uma terminologia “empirista” que obscurece alguns aspectos conceituais da filosofia moral humiana. Nossa discussão aqui não é se Hume é “empirista”, “cético” ou “naturalista”, mas se estamos utilizando o vocabulário mais adequado e fiel ao seu pensamento, principalmente em filosofia moral.

## 1 Exposição do problema e hipótese de trabalho

Devido a limitações de espaço para a exposição do presente trabalho, vamos ilustrar nossa hipótese recorrendo às traduções das edições brasileiras do *Tratado* e das *Investigações*. No entanto, salientamos que com certeza o “vício de estilo” que identificamos nessas edições está presente em outras obras de interpretação e exame da filosofia moral de Hume.

Citamos, inicialmente, quatro exemplos retirados do *Tratado* e de sua respectiva tradução brasileira que apresentam o que identificamos de “insistência estilística” na utilização do termo “experenciar” e cognatos:

Exemplo 1:

There is implanted in the human mind a perception of pain and pleasure, as the chief spring and moving principle of all its actions. But pain and pleasure have two ways of making their appearance in the mind; of which the one has effects very different from the other. They may either appear in impression to the actual feeling, or only in idea, as at present I mention them (T 1.3.10.2:118).

A tradução da edição brasileira:

A natureza implantou na mente humana uma percepção do bem e do mal, ou, em outras palavras, da dor e do prazer, que é a principal fonte e princípio motor de todas as suas ações. Mas dor e prazer têm duas maneiras de aparecer na mente, cada uma com efeitos bem diferentes. Podem se dar como impressões que se apresentam à sensação e

<sup>1</sup> Vamos adotar a seguinte forma de citação das obras de Hume:

- *Primeira Investigação* (IEH) ou *Segunda Investigação* (IPM) seguida da respectiva seção, parte, parágrafo e página. A edição e tradução utilizadas são:

HUME, D. 2004. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, Editora UNESP.

HUME, D. 1978b. *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*. Eds. Selby-Bigge; P. H. Nidditch (3ª ed.) Oxford, Clarendon Press.

<sup>2</sup> Da mesma forma para o *Tratado* (T), seguido da indicação do livro, parte, seção, parágrafo e página da edição ou tradução utilizadas, como segue:

HUME, D. 2001. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo, Editora UNESP.

HUME, D. 1978. *A Treatise of Human Nature*. Eds. Selby-Bigge; P. H. Nidditch (2ª ed.) Oxford, Clarendon Press.

experiência real, ou simplesmente como ideias, como ocorre agora que os menciono (T 1.3.10.2:149) (sublinhados acrescentados).

Exemplo 2:

So that when you pronounce any action or character to be vicious, you mean nothing, but that from the constitution of your nature you have a *feeling or sentiment* of blame from the contemplation of it (T 3.1.2.26:469) (sublinhados acrescentados).

A tradução da edição brasileira:

Desse modo, quando declaramos que uma ação ou caráter são viciosos, tudo que queremos dizer é que, dada a constituição de nossa natureza, experimentamos uma *sensação ou sentimento* de censura quando os contemplamos (T 3.1.2.26:508) (sublinhados acrescentados).

Exemplo 3:

[...] we must allow, that the reflecting on the tendency of characters and mental qualities, is sufficient to give us the sentiments of approbation and blame (T 3.3.1.9:577) (sublinhados acrescentados).

A tradução da edição brasileira:

[...] devemos admitir que basta refletirmos sobre a tendência de um caráter ou qualidade mental para que experimentemos os sentimentos de aprovação e censura (T 3.3.1.9:617) (sublinhados acrescentados).

Exemplo 4:

These moral distinctions arise from the natural distinctions of pain and pleasure; and when we receive those feelings from the general consideration of any quality or character, we denominate it vicious or virtuous (T 3.3.4.3:608-609) (sublinhados acrescentados).

A tradução da edição brasileira:

Essas distinções morais surgem das distinções naturais entre a dor e o prazer; e quando experimentamos essas sensações pela consideração geral de uma qualidade ou caráter, classificamos a estes de viciosos ou de virtuosos (T 3.3.4.3:648) (sublinhados acrescentados).

Podemos perceber claramente, nesses quatro exemplos, que a tradutora da edição brasileira utilizou o termo "experimental" (sublinhados) como tradução para os termos *have*, *give* e *receive* (exemplos 2, 3 e 4). Por sua vez, no exemplo 1, a tradutora incluiu o termo "experiência" sem o mesmo constar do texto original humiano.

Diante dessa "insistência estilística" constatada na edição brasileira do *Tratado*, direcionamos nossa atenção, então, à tradução da edição brasileira das *Investigações*. Ao cotejarmos com o texto original, em diversas passagens presenciamos, novamente, os mesmos "vícios de estilo". Vejamos alguns exemplos:

Exemplo 1:

Todos admitirão prontamente que há uma considerável diferença entre as percepções da mente quando um homem sente [*feel*] a dor de um calor excessivo ou o prazer de uma tepidez moderada, e quando traz mais tarde essa sensação à sua memória, ou a antecipa pela sua imaginação. Essas faculdades podem imitar ou copiar as percepções dos sentidos, mas jamais podem atingir toda a força e vivacidade da experiência [*sentiment*] original (IEH 2.1:33/EHU 2.1:17) (sublinhados e acréscimos nossos).

## Exemplo 2:

E embora haja poucos ou nenhum exemplo de uma semelhante deficiência no domínio mental, em função da qual uma pessoa nunca tivesse experimentado [*felt*] ou fosse incapaz de experimentar uma paixão ou sentimento [*sentiment*] próprio de sua espécie [...] (IEH 2.7:37/EHU 2.7:20) (sublinhado e acréscimos nossos).

## Exemplo 3:

[...] é impossível *pensar* em alguma coisa que não tenhamos anteriormente experimentado [*felt*] pelos nossos sentidos, externos ou internos (IEH 7.1.4:97/EHU 7.1.4:62) (sublinhado e acréscimo nosso).

## Exemplo 4:

Nenhuma resposta satisfatória a essas questões pode ser dada a partir da hipótese abstrata da moral e devemos por fim reconhecer que a ofensa ou imoralidade não é um fato ou relação particular que pudesse ser objeto do entendimento, mas surge inteiramente do sentimento [*sentiment*] de desaprovação que, pela estrutura da natureza humana, inevitavelmente experimentamos [*feel*] quando contemplamos a crueldade e perfídia (IPM A1.16:376/EPM A1.16:292-293) (sublinhado e acréscimos nossos).

## Exemplo 5:

O segundo, quando todas as circunstâncias e relações estão dispostas à nossa frente, faz-nos experimentar [*feel*] diante desse todo um novo sentimento [*sentiment*] de censura ou aprovação (IPM A1.21:378/EPM A1.21:294) (acrécimos nossos).

Novamente, da mesma forma que nos exemplos anteriores retirados do *Tratado*, percebemos os mesmos problemas. No exemplo 2, o tradutor inclui, também, o termo “experimentar” que não existe no texto original. Além disso, nos demais exemplos, ocorre a mesma “insistência estilística” em traduzir o termo “feel” e “sentiment” por “experimentar” e seus cognatos.

Pode-se justificar que, em todos os exemplos citados, de ambas as traduções, o que temos é um “estilo de tradução” que não compromete o texto original e “resguarda” a intenção original do autor. Podemos ser acusados de estar apontando uma distinção “sem diferença”. Mas, se realmente os problemas apontados existem, qual seria a explicação para essas “insistências estilísticas” em ambas as traduções?

A nossa hipótese de trabalho é que ambas as traduções seguem a visão predominante de Hume como um filósofo “empirista” também em filosofia moral. Procura-se, sempre, vincular a investigação *humiana* em filosofia moral aos mesmos pressupostos que interpretações-padrão consideram vinculadas a uma denominada tradição empirista (*empirismo clássico*), que podem ser vislumbrados no Livro I do *Tratado* e na *Primeira Investigação*. Ou seja, existe um *hábito de leitura* que afirma a filosofia moral de Hume baseada nos mesmos princípios do empirismo, privilegiando a “experiência” como fundamento do conhecimento em geral e, também, do conhecimento moral. Repetindo o problema: qual a consequência dessa “insistência estilística” – se é que ela existe – para uma compreensão adequada da filosofia moral de Hume?

## 2 O método experimental e a sensibilidade moral em Hume

Concordamos com os filósofos analíticos<sup>10</sup>: o discurso filosófico de Hume é, em termos epistemológicos, de caráter empírico (na forma de como o entendemos atualmente), no sentido de que as afirmações que ele faz sobre a natureza em geral devem ser sujeitas ao crivo da experiência, devem ser testadas por meio de um apelo ao mundo empírico. Também, devemos reconhecer, a filosofia britânica tinha certa predileção por uma compreensão do mundo com base no empirismo. Aparecem, na história da filosofia britânica, filósofos como Roger Bacon, Guilherme de Ockham, Francis Bacon, Thomas Hobbes, Isaac Newton, John Locke e George Berkeley. Tudo isso serve como fundamento para a ligação dos britânicos com o empirismo, apesar das muitas especificidades de cada autor<sup>11</sup>. Inseridos nessa tradição britânica – e não é possível negá-la –, David Hume e o empirismo são inseparáveis. Assim, a utilização de um “método experimental” por Hume pretende indicar que uma investigação sobre a natureza humana deve proceder a partir de fatos observados sobre o comportamento humano, deixando de lado quaisquer esquemas puramente hipotéticos e idealizados acerca da “real natureza” do homem. Seu alvo, aqui, é a antiga ideia do homem como um ser caracteristicamente racional e a consequente tentativa de fundamentar na razão todas as atividades que são próprias do ser humano, entre as quais se incluem principalmente a busca do conhecimento e o aprimoramento moral. Ele está preocupado em examinar a ação humana seguindo os motivos que a determinam, em sua totalidade. O filósofo escocês aplica um método experimental à filosofia, com o objetivo de constatar a forma como os seres humanos pensam e são emocionalmente afetados em sua experiência do mundo e no convívio com seus semelhantes. Ele afirma: “A natureza humana é a única ciência do Homem” (T 1.4.7.14:305). E esta análise se dá através da observação criteriosa, utilizando o caráter experimental de seu método de investigação da moral. Em outros termos, ele defende que o melhor método de investigação em filosofia moral deve ter por modelo o método das ciências naturais:

O único fundamento sólido que nos podemos dar para esta ciência [da natureza humana] deve ser assentado na experiência e observação. A essência da mente sendo igualmente desconhecida por nós como os corpos externos, deve ser igualmente impossível formar qualquer noção de seus poderes e qualidades de outro modo que a partir de cuidadosos e exatos experimentos, e a observação daqueles efeitos particulares, que resultam de suas diferentes circunstâncias e situações. Devemos, portanto, recolher nossos experimentos nesta ciência a partir de cuidadosas observações da vida humana, e tomá-las como elas aparecem no comum curso do mundo, pelo comportamento do homem reunido, nos negócios e em seus prazeres (T Introdução.10:24).

A pretensão do filósofo escocês é realizar uma verdadeira revolução filosófica pela introdução, nos estudos humanísticos, do *método experimental* proposto por Isaac Newton para as ciências da natureza (Guimarães, 2000, p. 227). Como escreve Livia Guimarães (2000, p. 227),

o programa filosófico naturalista de Hume, como se sabe, prevê como, no mínimo, razoável que se espere encontrar a explicação da vida cognitiva e moral humana nos resultados de investigações empíricas, entendidas como investigações

conduzidas segundo o método científico experimental, onde, portanto, empírico poderia se traduzir não ambigualmente por científico.

Um dos pressupostos newtonianos utilizado por Hume é que “quando um princípio se demonstrar muito poderoso e eficaz em um caso, está inteiramente de acordo com as regras filosóficas, e mesmo da razão ordinária, atribuir-lhe uma eficácia comparável em todos os casos similares. E, de fato, essa é, para Newton, a principal regra da atividade filosófica” (IPM 3.38:268). Hume afirma que “ao pretender explicar os princípios da natureza humana, estamos de fato propondo um sistema completo das ciências” (T Introdução. 6:22). O fundamento sólido das ciências é a ciência do Homem (as ciências são objetos do conhecimento dos homens, que as julgam por meio de seus poderes e faculdades), e desta ciência, a ciência do Homem, o fundamento sólido é a experiência e a observação. Pois,

sempre que experimentos dessa espécie forem criteriosamente reunidos e comparados, podemos esperar estabelecer, com base neles, uma ciência, que não será inferior em certeza, e será muito superior em utilidade, a qualquer outra que esteja ao alcance da compreensão humana (T Introdução. 10:24).

Ao mesmo tempo, percebemos a distinção com relação ao método newtoniano, cuja evocação por Hume poderia sugerir que, da mesma forma que Newton, o seu método pretenderia obter um conhecimento *preciso* e *demonstrável* dos assuntos humanos. De Newton, o filósofo escocês elogia o método experimental e a obrigação de analisar os fenômenos nos seus lugares de ocorrência. No entanto, Hume sabe que Newton pode, à exaustão, simular repetições de seus experimentos originários e utilizar uma linguagem matematizada, como condição necessária para a demonstração. Já nos assuntos morais, isso não é possível. Para a compreensão desses “sentimentos naturais da mente humana” (IEH 8.1.35:145), o filósofo escocês examina o “complexo de qualidades mentais” (IPM 1.10:230), pois “a mente é uma espécie de teatro, onde diversas percepções fazem sucessivamente sua aparição; passam, repassam, esvaem-se, e se misturam em uma infinita variedade de posições e situações” (T 1.4.6.4:285). A investigação desse “complexo mental” vai além do método empírico tradicional. É claro que essa tradição tem aspectos positivos para o filósofo escocês, pois esses pensadores, “embora difiram entre si em muitos pontos, parecem concordar em fundamentar suas rigorosas investigações acerca da natureza humana exclusivamente na experiência” (T Sinopse:684). Hume está se referindo a Locke, Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson e Butler. Locke faz parte do denominado “empirismo clássico”, mas em filosofia moral está entre os racionalistas morais, pois ele afirma que “a moralidade pode ser demonstrada da mesma forma que a matemática” (MacIntyre, 2006, p. 176). Eles “baniram da filosofia moral” aquilo que não pudesse ser concluído somente com “a autorização da experiência” (T Sinopse:684).

No entanto, as ideias de Hume representaram o fim do absolutismo dogmático racionalista, baseado na razão; mas também do próprio empirismo clássico, baseado na ideia de uma mente modelada por coisas procedentes do mundo externo. Em oposição ao racionalismo continental inaugurado por Descartes, mas também ao empirismo britânico de Locke e Berkeley, o filósofo

escocês leva o empirismo às últimas consequências questionando as causas, o mundo exterior e a própria mente (Monteiro, 2009, p. 16).

Segundo nosso exame, o sistema *moral* humiano é distinto do seu método *experimental*. Em várias passagens, Hume reafirma sua visão de que a moralidade é algo que surge inteiramente de nossos sentimentos, que “sentimos” de forma imediata (cf. IPM A1.12:374), “sem nenhuma dependência das faculdades intelectuais” (IPM A1.18:376-377). No início da sua *Segunda Investigação*, ele aponta distintivamente quais são “os fundamentos gerais da moral” (IPM 1.3:226). Segundo Hume, esses fundamentos

derivam da (1) Razão [*Reason*] ou do (2) Sentimento [*Sentiment*]; se chegamos a seu conhecimento (1) por uma sequência de argumentos e induções ou (2) por uma sensação imediata [*immediate feeling*] e um sentido interno [*internal sense*] mais refinado; se, como em todos os julgamentos corretos acerca da verdade e da falsidade, eles deveriam ser os mesmos para cada ser racional e inteligente; ou se, como na percepção da beleza e da deformidade, estão inteiramente fundados na estrutura e constituição particulares da espécie humana (acréscimos e sublinhados nossos).

O próprio filósofo escocês responde que

é provável que a sentença final que julga caracteres e ações como amáveis ou odiosos, louváveis ou repreensíveis; aquilo que lhes impõe a marca da honra ou da infâmia, da aprovação ou da censura, aquilo que torna a moralidade um princípio ativo e faz da virtude nossa felicidade e do vício nossa miséria – é provável, eu dizia, que essa sentença final se apoie em algum **sentido interno [internal sense]** ou **sensação [feeling]**, que a natureza tornou universal na espécie inteira (IPM 1.3:228-229) (negritos e acréscimos nossos).

Para Hume, a moralidade é determinada pelos sentimentos, de forma imediata, através de nossas sensações. Nesse mesmo sentido, acolhemos uma importante contribuição de P. Kail para nossa investigação<sup>12</sup>. Na interpretação de Kail, segundo Hume, os sentimentos de prazer e dor surgem de estados mentais desejáveis ou indesejáveis por eles próprios. Escreve o filósofo escocês: “por *paixões diretas* entendo as que surgem imediatamente do bem ou do mal, da dor ou do prazer” (T 2.1.2.4:311). As paixões providenciam o conteúdo para cada estado motivante. Para Kail (2007, p. 176, 177), temos que na filosofia de Hume os sentimentos são conteúdos avaliativos e desvelam o papel do prazer e da dor. Assim, o valor da moralidade não está em como “raciocinamos”, mas no que “sentimos”. Nossos sentimentos possuem valor (são o Bem ou o Mal) na medida em que podemos discriminar entre o prazer e a dor, o agradável e o desagradável. Com isso é possível, segundo Kail, realizar uma conexão entre *avaliação* e *motivação*. Da mesma forma, prazer e dor são *impressões de sensação*, que Hume classifica de “físicos/corporais” (*bodily*), pois são causas imediatas: “dores e prazeres físicos são fontes de muitas paixões, seja quando sentidos, seja quando considerados pela mente; mas surgem na alma, ou no corpo (como se preferir), originalmente, sem nenhum pensamento ou percepção precedente” (T 2.1.2.2:310). Ou podem ser *impressões de reflexão*, como, por exemplo, o prazer e a dor do senso estético e moral. Essas paixões reflexivas “são as que procedem de alguma dessas impressões originais, seja imediatamente, seja pela interposição de suas ideias” (T

2.1.2.1:309). Na interpretação de Kail, o filósofo escocês claramente afirma que as paixões diretas de desejo e aversão são “fundadas sobre” ou “emergem do” bem ou mal, prazer e dor.

É óbvio que a experiência possui um papel fundamental na produção do conhecimento moral, mas o seu fundamento com um conteúdo valorativo é determinado pelos sentimentos. Ele incorpora, também, *as experiências das ações*, que tecem progressivamente as redes da obrigação. O ser racional, em sua vida ativa, de acordo com o filósofo escocês, tem suas experiências no convívio social, com capacidades naturais de *instruir-se* e *regular* sua conduta e especulações. Não é, no entanto, um ser com uma racionalidade abstrata ou solipsista, de um sujeito isolado, ou um ser com sentimentos de interesses puramente egoístas, hedonistas ou utilitaristas, determinado por vontades externas ou transcendentais. Percebemos a dinâmica das experiências das ações do ser humano, como afirma o filósofo escocês, da seguinte forma:

[...] temos o valor da *experiência* adquirida por uma vida longa e uma variedade de ocupações e convivência para *instruir-nos* sobre os *princípios da natureza humana* e *regular* nossa conduta futura tanto quanto *regula* nossa especulação. Com o auxílio desse guia, ascendemos ao conhecimento dos motivos e inclinações dos homens a partir de suas ações, expressões e mesmo gestos; e, em seguida, descendemos à explicação de suas ações a partir do conhecimento que temos de seus motivos e inclinações. As observações gerais ameadas no curso da *experiência* dão-nos a chave da natureza humana e *ensinam-nos* a deslindar todas as suas complexidades (IPM 8.1.9:124) (itálicos acrescentados).

Os princípios da nossa natureza humana, imersos em um processo dinâmico de nossas experiências e sentimentos, permitem *instruir-nos* e *ensinam-nos* a entender e regular a complexidade de nossas ações e condutas. O filósofo escocês escreve que, ao refletirmos acerca das paixões, não estamos sujeitos a muitos erros, “pois somos suficientemente guiados pela experiência [*experience*] corrente, bem como por uma espécie de *pré-sensação*, que nos permite saber o que se passa com os outros, com base no que sentimos [*feel*] imediatamente em nós mesmos” (T 2.2.2.9:366).

A filosofia moral, afirma Hume, diz respeito “aos assuntos da vida e da experiência cotidianas” (IPM 8.1.1:120). E esses assuntos apresentam uma uniformidade e regularidade, pois, segundo ele, “as faculdades da mente são supostas naturalmente iguais em cada indivíduo (caso contrário, nada mais inútil que argumentarmos ou debatermos uns com os outros)” (IPM 8.1.1:119). As experiências cotidianas são similares e resultam em algum constrangimento à mente, e, talvez, podemos admitir um princípio de uniformidade e regularidade que imprime, nesse espírito, uma forte disposição a acreditar que outras experiências similares e cotidianas continuarão idênticas no presente e no futuro. Ou seja, interpreta-se, indevidamente, que o método “newtoniano” utilizado por Hume seja o próprio fundamento da moralidade. É claro que os sentimentos, além de “sentidos”, são, também, “experenciados”. Existe uma “dinâmica de nossas experiências”, mas o fundamento da moral está na “dinâmica de nossos sentimentos”. As “insistências estilísticas” apresentadas induzem os leitores a crer que o argumento principal humiano centra-se na “dinâmica da experiência” e não, como sustentamos, na “dinâmica dos sentimentos”. Em nossa interpretação, de acordo com Hume, discriminamos o conteúdo moral de

nossas ações não somente porque “experimentamos os sentimentos”, mas porque, prioritariamente, “sentimos de forma imediata” esses sentimentos (cf. IEH 8.2.35:145, T 2.2.2.9:366).

Em face do exposto, como contribuição para futuras interpretações e traduções sugerimos que:

- Os termos “experenciar” e seus cognatos não sejam acrescentados quando não constarem do texto original;
- Ao traduzirem “feeling” ou “sentiment” por “experimentar”, os tradutores deverão alertar o leitor quanto a essa preferência estilística;
- Em seus comentários introdutórios às obras de Hume, os leitores deverão ser alertados quanto ao papel distintivo e original de sua filosofia, no contexto das chamadas tradições filosóficas “empiristas” e “sentimentalistas”;
- Os intérpretes e tradutores da filosofia moral de Hume deverão enfatizar qual é o papel do seu “método experimental” distinto do que são os seus “fundamentos gerais da moral” (cf. IPM 1.3:226).

## Considerações finais

Consideramos que essa diferenciação entre os termos “experiência” e “sentimentos” é fundamental para capturar a essência da filosofia moral humiana. O termo “experiência” nos leva ao termo “empirismo”, uma expressão nunca utilizada por Hume<sup>13</sup>. Ou seja, a moralidade não é algo que surge da observação ou de um conhecimento (epistemológico) moral, mas é algo que é *sentido* de uma forma “particular”, “peculiar”, de um “determinado tipo” de dor e prazer imediatos (cf. T 471-472 e IEH 8.2.35:145). Consequentemente, é fundamental a fidelidade ao texto original. Repetindo, não estamos discutindo se Hume é ou não um filósofo empirista. O que afirmamos é que sua terminologia moral é distinta da terminologia do método experimental utilizado por ele.

Ratificamos que a filosofia moral de Hume sustenta que antes de “experimentar” o bem e o mal morais, nós os “sentimos”. O que é próprio da virtude e do ódio é ser estimável ou odioso em “sua natureza ou essência” (cf. IPM 1.6:228). Para o exame das ações humanas, segundo o filósofo escocês, “é vão discutir ou raciocinar sobre o que ultrapassa o limite do que sentimos” (T 2.1.5.4:321). A moral elabora-se por uma gênese não voluntária, da natureza humana, pois “nosso primeiro e mais natural sentimento moral está fundado na natureza de nossas paixões” (cf. T 3.2.2.11:531). Para encerrar, como escreve Hume, “contanto que concordemos acerca dos fatos, é desnecessário discutir sobre os termos” (T Apêndice.12:667).

## Referências

- AYER, A. J. 2003. *Hume*. São Paulo, Edições Loyola, 134 p.
- EDMONDS, D.; EIDINOW, J. 2008. *O cachorro de Rousseau: como o afeto de um cão foi que restou da briga entre Rousseau e David Hume*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 384 p.
- GUIMARÃES, L. M. 2000. Hume, empirismo e ciência moral. In: DUTRA, L.H.; SMITH, P.J. (Orgs.). *Ceticismo: perspectivas históricas e filosóficas*. Coleção Rumos da Epistemologia, vol. 2. Florianópolis, NEL, p. 227-245.
- GUIMARÃES, L.M. 2008. Hume. In: PECORARO, R. (Org.) *Os filósofos clássicos da Filosofia*. Vol. I. Petrópolis, RJ, Vozes; Rio de Janeiro, PUC-Rio, 382 p.
- HUME, D. 1978. *A Treatise of Human Nature*. Eds. Selby-Bigge; P. H. Nidditch (2ª ed.) Oxford, Clarendon Press.
- HUME, D. 1978b. *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*. Eds. Selby-Bigge; P. H. Nidditch (3ª ed.) Oxford, Clarendon Press.
- HUME, D. 2001. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo, Editora UNESP.
- HUME, D. 2001b. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HUME, D. 2004. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, Editora Unesp, 438 p.
- KAIL, P.J.E. 2007. *Projection and Realism in Hume's Philosophy*. New York, Oxford University Press.
- KLAUDAT, A. 1997. As idéias abstratas, a particularidade das percepções e a natureza do Projeto Filosófico em Hume. *Manuscrito*, Campinas, XX(2):95-122, out.
- MacINTYRE, A. 2001. *Depois da virtude: um estudo em teoria moral*. [1981] Bauru, São Paulo, 478 p.
- MacINTYRE, A. 2006. *Historia de la ética*. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 288 p.
- MASON, M. 2005. Hume e Humeans on Practical Reason. *Hume Studies*, **31**(2):347-378, November.
- MONTEIRO, J.P. 2003. *Novos estudos humeanos*. São Paulo, Discurso Editorial, 182 p.
- MONTEIRO, J.P. 2009. *Hume e a epistemologia*. São Paulo, Editora UNESP, 232 p.
- QUINE, W.V.O. 1980. *Epistemologia naturalizada*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo, Abril Cultural, 347 p.
- RAWLS, J. 2005. *História da filosofia moral*. São Paulo, Martins Fontes, 440 p.
- SMITH, P. J. 1995. *O ceticismo de Hume*. São Paulo, Loyola.

---

<sup>1</sup> Cf. Monteiro, 2009, p. 16.

<sup>2</sup> Como defensor do método experimental, Hume seria, dessa forma, "um continuador da tradição empirista inaugurada por Bacon e desenvolvida por Locke e Berkeley". Notas de José Oscar de Almeida Marques. (Hume, 2004, p. 9).

<sup>3</sup> Em fins do século XIX, T. H. Green (entre os idealistas ingleses) tomou a frente (seguindo os críticos escoceses de Hume do século XVIII, por exemplo, T. Reid) na compreensão de Hume como um cético radical e considerou sua visão como a *reductio ad absurdum* do empirismo (Ayer, 2003, p. 27-31). Contemporaneamente destacam-se, também, entre os estudiosos de Hume que defendem uma interpretação cética de sua filosofia: Noxon, Fogelin, Norton e Olaso (Smith, 1995, p. 7).

<sup>4</sup> Segundo Rawls, desde Kemp-Smith a ênfase é em uma interpretação de um *naturalismo psicológico* da filosofia de Hume (Rawls, 2005, p. 28). Variações da interpretação naturalista da filosofia de Hume podem ser encontradas em Barry Stroud, P. Strawson, J. P. Monteiro e H. O. Mounce.

<sup>5</sup> A própria expressão "filosofia moral" significava, no tempo de Hume, todo e qualquer estudo dos assuntos humanos, desde os sentimentos morais até as regras da justiça, incluindo instituições como a propriedade privada e o Estado (Guimarães, 2008, p. 337; Monteiro, 2003, p. 163; Rawls, 2005, p. 61).

<sup>6</sup> Segundo Rawls, a escola do senso ou sentimento moral é representada por Shaftesbury, Hutcheson, Butler e Hume (Rawls, 2005, p. 13). Ver também: MacIntyre, 2006, p. 173-185.

<sup>7</sup> Com essa interpretação, destacam-se: C. Korsgaard, J. Hampton e E. Millgram (Mason, 2005, p. 353).

<sup>8</sup> Segundo J. Rawls, "o *Tratado* contém uma epistemologia naturalizada (emprestando a conhecida expressão de W. Quine) e uma moralidade psicologizada" (Rawls, 2005, p. 99).

<sup>9</sup> Para MacIntyre, o emotivismo é a teoria moral predominante na filosofia contemporânea e representa toda uma noção atual empobrecida da ética. Oriundo dos estudos de Moore e do desenvolvimento das técnicas descritivas da filosofia analítica, o emotivismo pretende explicar todos os juízos de valor, sejam quais forem. Tal pretensão, segundo MacIntyre, está fadada ao fracasso. Ao guiar-se por critérios objetivos impessoais, os emotivistas aplicam um tratamento anti-histórico, abstraindo todo conteúdo social, cultural, teleológico e valorativo da filosofia moral. Eles afirmam que não existe e não pode existir justificativa racional válida para qualquer afirmação da existência de

padrões morais objetivos e impessoais e, portanto, que tais padrões não existem (MacIntyre, 2001, p. 14, 29, 31, 39, 41, 43). Os emotivistas realizam uma interpretação de Hume sustentando uma clivagem radical entre fatos e valores. O estabelecimento da oposição *ser* e *dever-ser* transpõe-se, também, para uma separação entre enunciados descritivos e normativos. Desta forma, os emotivistas operam uma dicotomia entre as verdades científicas e as decisões morais, estabelecendo um dualismo que irá reforçar a ideia da irredutibilidade da ética ao mundo objetivo, isto porque o contraste entre fatos (ou proposições científicas) e valores (ou julgamentos éticos) baseia-se na distinção entre as razões que fundam as construções do conhecimento científico e emoções que guiam escolhas morais. Os juízos morais não podem ser justificados na medida em que não existe nenhum procedimento que nos permitisse determinar empiricamente como se verificam os juízos de fato. Para MacIntyre, existem na teoria moral de Hume elementos emotivistas, no entanto, sua teoria é mais vasta e complexa do que a teoria moral emotivista (MacIntyre, 2001, p. 35).

<sup>10</sup> A filosofia analítica possui várias vertentes teóricas, tais como o Círculo de Viena, a Escola de Cambridge, a Escola de Oxford, dentre outras, com enorme importância para a filosofia contemporânea. Vamos considerar como representantes da filosofia analítica: os emotivistas, empiristas lógicos, positivistas e prescritivistas (Frege, Carnap, Russell, Ayer, Stevenson, Hare, etc.).

<sup>11</sup> Klaudat considera que "é possível dar ao empirismo de Hume uma feição mais branda" (Klaudat, 1997, p. 116).

<sup>12</sup> Kail, P.J.E. 2007. *Projection and Realism in Hume's Philosophy*. New York, Oxford University Press.

<sup>13</sup> Segundo João Paulo Pinheiro, o termo "empirista" jamais foi usado por Hume. Pode-se apenas afirmar que Hume, na mesma linha que Bacon, Hutcheson, Locke e Berkeley (tradicionalmente incluídos no denominado "empirismo britânico"), apontava a necessidade da experiência em face da incapacidade da razão por si mesma de gerar saber acerca do mundo. Cf. Notas de João Paulo Monteiro. Hume, D. 2001b. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,